

nam com um caso exemplo.

'Avaliação de Vítimas de Abuso Sexual', por Carla Machado e Carla Antunes (p.207 ss), apresentando um protocolo de avaliação de crianças abusadas, estruturado em cinco dimensões, cada uma delas integrando diferentes componentes e procedimentos.

'Avaliação da Negligência e Maus Tratos Físicos', de Carla Machado (p.231), que propõe um modelo com três dimensões centrais (avaliação dos progenitores, da criança e da interação pais-criança) e apresenta-as detalhadamente.

'Avaliação de Crianças Expostas à Violência Interparental', por Ana Isabel Sani (p.247), que descreve alguns dos procedimentos de avaliação utilizados no trabalho com crianças e jovens expostos à violência interparental, enunciando várias técnicas e instrumentos de apoio à avaliação.

'Avaliação do Dano em Processo Cível', autorado por Ângela Maia e Eugénia Fernandes (p.273). Este capítulo é organizado em três partes. A primeira centra-se na avaliação da exposição, enquanto, na segunda parte, são descritos métodos e procedimentos de avaliação de dano psicológico. A terceira e última parte fornece algumas sugestões acerca da elaboração de um relatório sobre dano psicológico, apresentando um possível modelo de relatório.

'Avaliação dos Processos de Regulação do Exercício de Poder Paternal', o capítulo no qual as autoras Carla Antunes, Sónia Caridade e Ana Pereira (p.289 ss) condensam os procedimentos a adoptar na avaliação forense, relativamente ao casos de regulação do exercício de poder paternal.

'O abuso e Negligência de Pessoas Idosas', de José Ferreira Alves (p.319 ss), é o último capítulo desta extensa e intensa segunda parte. Aqui, o autor define abuso em termos operativos, apresenta a prevalência deste e disserta sobre os modelos teóricos que o explicam .

A Parte III deste livro denomina-se 'O Testemunho Forense' (p.345 ss), com dois únicos capítulos: 'O Psicólogo como Testemunha Forense', de Carla Machado e Rui Abrunhosa Gonçalves (p.345 ss), e 'À Descoberta do Tribunal...Um Auxiliar Terapêutico para o Trabalho com Crianças Vítimas de Crime', por Ana Pereira e Rui Abrunhosa Gonçalves (p.353 ss).

Sem pretender ser um tratado exaustivo, este livro constitui, de qualquer forma, uma excelente fonte de informação para estudantes e profissionais de psicologia, psiquiatria, direito, serviço social, educação, medicina legal e criminologia.

Margarida Pocinho

Escola Superior de Tecnologias da Saúde de Coimbra / Instituto Superior Miguel Torga

Felix Berenskoetter e M. J. Williams (eds.). 2007. Power in World Politics. Londres e Nova Iorque: Routledge. 316 pp. ISBN: 978-0-415-42114-0.

Sendo o conceito mais essencial e perene no estudo da política internacional, o conceito de poder é, ao mesmo tempo, dos mais esquivos e contestados em ciência social e política. A obra que aqui se apresenta organiza um conjunto de análises e discussões com ancoragens teóricas nas várias perspectivas teóricas da disciplina de relações internacionais (RI), mas também com a integração de saberes provenientes de outras áreas, procurando evidenciar a complexidade e multidimensionalidade do conceito de poder e encorajar, criticamente, novas formas de o pensar e estudar.

No primeiro capítulo ('Thinking about Power'), Felix Berenskoetter e M. J. Williams introduzem o volume e fazem uma revisão analítica das concepções sociais e políticas de poder presentes em RI, com o objectivo de clarificar questões ontoló-

gicas (sobretudo a conexão entre poder e política) e epistemológicas (sobretudo a conexão entre poder e causalidade). Esta revisão é organizada a partir da famosa tipologia de Steven Lukes das três dimensões do poder e resulta na identificação, em RI, de dimensões – a primeira dimensão, ‘ganhar conflitos’; a segunda, ‘limitar alternativas’; e a terceira, ‘produzir normalidade’ – que correspondem, genericamente, a cada um dos seus três grandes paradigmas teóricos – realismo, institucionalismo/teoria dos regimes, e construtivismo/pós-modernismo, respectivamente. Segue-se uma análise que vai destacar a necessidade de que se adopte uma perspectiva processual e reflexiva que aborde as questões éticas e políticas implicadas no estudo do poder.

Ainda que fortemente presente em todo o volume, esta postura reflexiva tem a sua formulação mais explícita e sistemática no capítulo de Stefano Guzzini (*The Concept of Power: A Constructivist Analysis*). Para Guzzini, o construtivismo tem três implicações no estudo do poder: ‘uma análise conceptual analítica: o que significa “poder”?’ (p. 26); ‘uma análise conceptual performativa: o que faz o “poder”?’ (p. 31, ênfase do autor); e ‘uma análise conceptual como história conceptual ou genealogia: como se tornou possível que “poder” viesse a significar e fazer aquilo que significa e faz?’ (p. 36). Em primeiro lugar, o autor empreende uma densa discussão epistemológica para fundamentar a sua opção por um ‘perspectivismo explanatório’, entendendo que uma conceptualização construtivista do poder necessariamente requer uma contextualização meta-teórica. Em segundo lugar, Guzzini demonstra a íntima ligação do poder com questões de legitimidade política e como o próprio acto de definir poder constitui uma intervenção política, remetendo, neste ponto, para conceptualizações contemporâneas de poder em RI, como é o caso do conceito de poder estrutural avançado por Susan Strange. Finalmente,

nota a relação entre o uso do conceito de poder como meio de politização e uma concepção essencialmente manipuladora da política, identificando, no século XIX a sua transposição da política doméstica para as RI, pela mão da tradição realista, o que, argumenta, constituiu um abandono de uma visão mais unitária da política, em que a noção de bem comum era, ainda, proeminente, e a que o contemporâneo conceito de ‘poder estrutural’ será, de certa forma, um retorno.

Tentando contrariar alguns simplismos habituais na crítica ao pensamento realista, Brian C. Schmidt (*Realist Conceptions of Power*) nota que, ainda que todos os autores realistas vejam a política internacional em termos de luta por segurança e poder – o que constitui o fundamento da ontologia realista – as suas assumpções são diferentes quanto a um conjunto de questões mais específicas: a razão de a política internacional ser uma luta pelo poder; as estratégias a que os estados recorrem para adquirir poder; o modo como o poder é usado; como deve ser medido; e, finalmente, se e como pode ser gerido e contido. Estas questões vão ser revistas em relação a cada uma das três grandes vertentes do realismo: o realismo clássico, que vê a busca de poder como enraizada na natureza humana; o realismo estrutural, que enfatiza o papel de forças sistémicas, em especial a condição anárquica da política internacional e a distribuição relativa do poder pelo sistema de estados; e o realismo modificado, o qual introduz uma série de variáveis domésticas e individuais como intervenientes na relação entre o estado e o sistema internacional. Schmidt procura restituir, assim, a diversidade, complexidade e criatividade do realismo em RI.

A assumpção de que existe uma relação sistemática entre a polaridade da distribuição de poder pelo sistema de estados e as probabilidades de ocorrência de guerra está bastante disseminada na comunidade política e académica re-

alista e informa, por exemplo, o debate sobre o efeito e a importância da actual unipolaridade dos EUA. Tomando como ponto de partida a análise crítica da obra de Kenneth Waltz – a mais influente sobre esta tese – Joseph M. Grieco ('Structural Realism and the Problem of Polarity and War') avalia essa assumpção – concluindo que é, por hora, pouco sustentável, tanto teórica como empiricamente – e avança um conjunto de sugestões para que o realismo estrutural prossiga na clarificação deste tópico.

O volume prossegue com cinco capítulos inteiramente dedicados ao conceito de soft power (SP) e algumas das suas declinações (atração, persuasão e poder simbólico), evidenciando a reabilitação que este conceito teve ainda no – e, na verdade, por causa do – contexto político de hard power (HP) da era Bush.

Apoiando-se numa análise sociológica que conecta o conceito de poder com a questão dos interesses dos actores envolvidos, Steven Lukes ('Power and the Battle for Hearts and Minds: On the Bluntness of Soft Power') parte do trabalho de Joseph Nye sobre SP para demonstrar os limites da estratégia explicativa 'agentes-em-interacção-com-estruturas' (p. 90), que é comum aos paradigmas realista e liberal em RI. Ainda que o conceito de SP assente na distinção entre, por um lado, mudar a estrutura de incentivos por coerção ou indução, mas dando por adquiridos os interesses dos actores, e, por outro, influenciar ou moldar esses mesmos interesses, o ponto de Lukes é que Nye confunde depois duas situações que importa diferenciar: a possibilidade de tal influência favorecer, ou não, uma avaliação racional e, portanto, de ter um efeito de empowerment ou de disempowerment sobre os sujeitos do poder. Esta 'falha' no pensamento de Nye, vê-a ainda Lukes como uma 'recusa' na abordagem ao poder de raiz foucaultiana, a qual, argumenta, propõe uma visão que 'despoja o sujeito do poder tanto de liberdade como

de razão' (p. 97).

A ideia de que o SP funciona por atracção leva Janice Bially Mattern ('Why 'Soft Power' Isn't So Soft: Representational Force and Attraction in World Politics') a analisar criticamente a natureza desse conceito, começando por notar que a bibliografia sobre SP revela, ou uma assumpção essencialista e não trabalhada de atracção, ou uma abordagem habermasiana de persuasão que se caracteriza por uma lógica circular. Mattern propõe um modelo alternativo a partir do pressuposto que a atracção se constrói na troca comunicativa, porém – e deslocando-se de Habermas para Lyotard (justamente para a crítica deste àquele) – essa construção sociolinguística não é feita 'através de argumentos baseados em evidência mas através de força representacional' (p. 99), i.e., de uma forma de ameaça dirigida à subjectividade do outro. Por isso, não se trata tanto de persuasão quanto de 'luta verbal' – uma 'power politics da identidade' (p. 117). Conclui, então, que o SP acaba por se enraizar no HP e insiste a que se questione a sua lógica moral. No artigo que assina mais à frente no volume, e aproveitando a distinção avançada por Lukes (ver supra), Joseph Nye responde a Mattern que a coerção sociolinguística do SP, apesar de tudo, deixa mais espaço de liberdade ao sujeito do que a coerção militar e/ou económica própria do HP.

Richard Ned Lebow ('The Power of Persuasion') discute conceptualizações de poder na filosofia clássica grega, procurando mostrar que permitem enriquecer o entendimento contemporâneo, sobretudo, da dimensão persuasiva do poder. O autor adopta, assim, uma perspectiva construtivista que articula retórica, política e identidade, reconhecendo nos gregos uma atenção especial às causas básicas da persuasão; aos critérios para identificar um bom argumento político (sobretudo a partir da distinção entre interesse próprio egoísta e interesse próprio iluminado); e às virtualidades da emoção para, em

conjunto com a razão, transformar a realidade (sobretudo pela sua capacidade de sustentar identidades, criar persuasão e promover a cooperação entre os actores). Ao longo de todo o capítulo, a discussão teórica vai sendo aplicada à interpretação de casos da política internacional contemporânea. Finalmente, Lebow remete toda esta discussão para a questão da relação entre poder e ética, apontando para a ideia de que o comportamento ético pode também ser fonte de segurança, força e poder.

Wolf Hassdorf ('Contested Credibility: The Use of Symbolic Power in British Exchange-Rate Politics') desafia a ideia feita de que tem se vindo a operar uma deslocação progressiva do poder dos estados nacionais, para os mercados financeiros globais, a partir da aplicação do conceito de poder simbólico de Pierre Bourdieu à análise da estratégia adoptada pelo governo britânico durante a crise do Mecanismo de Taxas de Câmbio (MTC) do Sistema Monetário Europeu em 1992. O ponto do autor é explicar a permanência da libra esterlina no MCT durante dois anos, já que a sua fragilidade política e económica era evidente logo em 1990, ano da sua entrada. Essa explicação encontra-se naquilo que designa de 'machismo-moeda' (currency machismo) (p. 142), no caso, o recurso por parte do governo britânico a uma retórica agressiva sobre a força da libra. Neste sentido, investiga como este tipo de poder simbólico é operacionalizado e, do mesmo passo, aborda a questão da fungibilidade de recursos de poder entre diversas áreas. Recuperando a analogia, bastante contestada em RI, do dinheiro e sua fungibilidade, mostra como o capital simbólico (o recurso do poder simbólico), confere credibilidade a quem o detém, em moldes semelhantes à concessão de crédito como fungibilidade do capital financeiro. Retornando ao caso empírico, demonstra como o governo de John Major capitalizou a confiança que os governos de Thatcher haviam adquirido,

em contextos diferentes, junto dos mercados financeiros, os quais só reagiram ao crescente fosso entre a retórica e a realidade financeira da libra quando o Banco Central Alemão abertamente denunciou a situação.

A encerrar esta sequência, Joseph S. Nye ('Notes for a Soft-Power Research Agenda') responde a algumas questões e críticas avançadas nos capítulos anteriores e aponta um conjunto de áreas que, argumenta, deveriam ser investigadas com mais profundidade: a conexão entre cultura e comportamento de poder; o modo como, muitas vezes, os recursos económicos produzem uma junção entre coerção e atracção; a relação entre recursos militares e SP; casos empíricos sobre as diferenças avançadas por Lukes e Martens em relação a tipos de doutrinação e de atracção; consequências de casos históricos de opção por SP em detrimento de HP; e, finalmente, casos empíricos de smart power, ou seja, de estratégias bem sucedidas – em função da sua eficácia, mas também de valores éticos – que integraram HP e SP.

O capítulo da autoria de Thomas Diez e Ian Manners ('Reflecting on Normative Power Europe') é o resultado de um debate em curso entre os dois autores em torno da identificação da União Europeia com o conceito de poder normativo (PN). Manners provém da teoria social crítica e é o proponente da abordagem normative power Europe (NPE). Diez é um autor pós-estruturalista, crítico da abordagem NPE, defendendo que esta deve ser auto-crítica. O capítulo analisa tanto o seu significado como a sua performance. Assim, começa por demarcar o conceito de PN dos conceitos de poder civil e de SP; investiga outras ocorrências históricas de PN, no caso, o discurso sobre o excepcionalismo americano entre guerras e no imediato pós-guerra; e demonstra o próprio poder do discurso sobre NPE, concluindo pela necessidade de que, na construção da identidade europeia, esse

poder seja acompanhado por reflexão e reflexividade, pois é isso que 'constitui a União Europeia como um poder normativo que é diferente de hegemonia puramente auto-interessada' (p. 174).

Eric Ringmar ('Empowerment Among Nations: A Sociological Perspective') revela uma preocupação fundamental com os efeitos desastrosos que resultam das confusões analíticas e das percepções políticas erradas sobre o poder na política mundial – 'o que é, o que não é e quem o detém' (p. 189). Desta forma, propõe repensar o conceito de poder em RI, a partir de uma perspectiva sociológica, sendo a sua principal contribuição a ideia de que 'o que realmente importa é o "poder para" em vez do "poder sobre"' (p. 190). Deste modo, a ênfase deverá passar do poder de dominar o mundo para o poder de fazer o mundo, da potestas para a potentia, de uma ontologia de actores para uma ontologia constitutiva da sociedade. Nota, de seguida, que algumas sociedades promovem mais empowerment do que outras, o que, argumenta, resulta da capacidade das suas instituições potenciarem reflexão e acção. Isto, contudo, não é suficiente, como o demonstra a história europeia, sendo também necessária a presença de instituições que potenciem o compromisso e, desse modo, a resolução pacífica de conflitos.

John Gaventa ('Levels, Spaces and Forms of Power: Analysing Opportunities for Change') propõe um modelo analítico para compreender o poder em RI especialmente vocacionado para o seu uso, em contextos de activismo, e que põe em causa algumas ideias feitas sobre os contextos e os métodos apropriados para desafiar o status quo. Desta forma, o autor faz a abordagem do cubo de Rubik como modelo para a estrutura e dinâmica do seu 'cubo do poder', concebendo três dimensões (níveis, espaços e formas de poder) e três atributos para cada dimensão, bem como uma visão complexa das interacções, contradições e conflitos que

pautam a política internacional contemporânea. Em relação aos níveis de poder, Gaventa nota que a globalização alterou as relações espaciais de poder e conduziu a uma maior importância das articulações entre os níveis local, nacional e global. E provocou também alterações profundas nos espaços de poder, com uma multiplicidade de actores, redes e arenas de decisão cada vez mais intersectados. Neste sentido, identifica espaços de poder fechados; por convite; e reclamados/criados. Quanto às formas de poder – uma adaptação das três dimensões do poder de Lukes – reconhece formas visíveis, escondidas e invisíveis, e finaliza ilustrando o uso cubo do poder, na análise das políticas globais sobre a dívida e sua relação com a pobreza.

Apoiando-se nos conceitos de governamentalidade e poder produtivo de Foucault, e na tipologia de tipos de poder de Barnett e Duvall, Ronnie D. Lipschutz ('On the Transformational Potential of Global Civil Society') aborda a questão de o que é e como tem sido produzida a sociedade civil global (SCG), situando a questão face à relação dialéctica entre 'o regime de governamentalidade neoliberal global em expansão' (p. 225) e o sistema de mercado global. O seu argumento é que a SCG 'ajuda a legitimar, reproduzir e, às vezes, transformar internamente esse regime' (p. 225, ênfase do autor). Neste sentido, identifica duas manifestações deste processo que remetem para a consciência individual (moral) e para as fundações da comunidade política (ética): a contestação das políticas distributivas e a luta pela constitucionalização da ética social que subjaz a, mas também limita, o estado e o mercado. O autor conclui o capítulo com algumas reflexões sobre a dificuldade de intervenção política num contexto de globalização neoliberal.

O penúltimo capítulo ('Discourses of power: Traversing the Realist-Postmodern Divide') é o resultado de um debate entre uma autora realista (Jennifer Sterling-

Folker) e uma autora pós-modernista (Rosemary E. Shinko) sobre a relação entre a China e Taiwan, debate este que põe em evidência não apenas o modo como cada uma conceptualiza o poder, mas também como concebe a tensão entre estrutura e história. Enquanto Sterling-Folker protagoniza uma perspectiva estatocêntrica, baseada num entendimento de poder como coerção, enfatizando a questão da relação entre os EUA, a China e Taiwan, Shinko adopta uma abordagem de 'poder para' e foca o modo como as pessoas elaboram a identidade de Taiwan. O capítulo clarifica a incomensurabilidade dos dois paradigmas, mas também identifica alguns pontos de contacto.

Na conclusão do volume ('Theory Meets Practice: Facets of Power in the "War on Terror"'), M. J. Williams procura articular a relevância das análises precedentes para a realidade da política internacional contemporânea, em particular para a questão da luta entre as democracias liberais ocidentais e os fundamentalismos islâmicos radicais, procurando tornar patente como diferentes concepções de poder informam diferentes estratégias na 'luta contra o terrorismo', e como estas se diferenciam em termos do sucesso percebido.

No termo desta extensa revisão, resta apenas explicitar o óbvio: trata-se de uma obra brilhante e ímpar na literatura social e política contemporânea sobre o poder.

Maria João Barata

Instituto Superior Miguel Torga

Don Tapscott e Anthony D. Williams. 2007. *Wikinomics: A Nova Economia das Multidões Inteligentes*. Título Original: *Wikinomics: How Mass Collaboration Changes Everything*. 2006. Portfolio, Tradução: Jorge Almeida e Pinho. Lisboa: Quidnovi. 347 pp. ISBN: 978-972-8998-77-6.

A Internet trouxe a metamorfose do conceito de território que surge como fruto da construção de sistemas de representação partilhados e simbólicos de dinâmicas sociais. Neste sentido, é da máxima importância compreender a tecnologia enquanto fenómeno de sociabilidade, inteligência colectiva e mudança na inovação. E é esta, precisamente, a proposta de Don Tapscott e Anthony D. Williams em *Wikinomics: A Nova Economia das Multidões Inteligentes*.

O livro discute a forma como a produção colaborativa tem impacto no mercado global, e resulta de uma investigação que assenta na premissa de que as tecnologias da colaboração e da comunicação estão a democratizar a criação de valor. A obra é baseada num projecto de investigação conduzido por Don Tapscott e demonstra que multidões de pessoas podem e estão a participar na economia, reinventando o paradigma empresarial e a competitividade como a conhecemos. Neste contexto, os autores defendem que, actualmente, se assistem a 'mudanças profundas na natureza da tecnologia, da demografia e da economia global que originam poderosos modelos inovadores de produção baseados na comunidade, na colaboração e na auto-organização, em vez de assentarem na hierarquia e no controlo' (p.9).

O social e a comunicação cruzam-se na esfera tecnossocial que é a rede. Estamos agora perante um novo vocabulário, endereçado a uma nova realidade, com a reinvenção dos tradicionais códigos de comunicação e interacção. Neste sentido, o fenómeno da Web 2.0 é a realidade técnica actual e, genericamente, é definido como uma nova geração de aplicações e